

## Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2012

**Equipe Técnica**

**Abril de 2012**

**PRESIDENTE**

Paulo Skaf

**Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECOMTEC)****DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

**DIRETOR TITULAR ADJUNTO**

Pierangelo Rossetti

**DIRETORIA**

Almir Daier Abdalla  
Cassio Jordão Motta Vecchiatti  
Cláudio Grineberg  
Cláudio Sidnei Moura  
Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)  
Denis Perez Martins  
Eduardo Berkovitz Ferreira  
Eduardo Camillo Pachikoski  
Elias Miguel Haddad  
Fernando Bueno  
Francisco Florindo Sanz Esteban  
Jorge Eduardo Suplicy Funaro  
Luiz Carlos Tripodo  
Manoel Canosa Miguez  
Marcelo José Medela  
Marco Aurélio Militelli  
Mario William Esper  
Mauricio Marcondes Dias de Almeida  
Olívio Manuel de Souza Ávila  
Rafael Cervone Netto  
Robert Willian Velásquez Salvador (Representante do CJE)  
Rodrigo Pintus Gonçalves da Costa (Representante do CJE)  
Ronaldo da Rocha  
Tarsis Amoroso  
Walter Bartels

**EQUIPE TÉCNICA****GERENTE**

Renato Corona Fernandes

**EQUIPE TÉCNICA**

Adriano Giacomini Morais  
Albino Fernando Colantuono  
André Kalup Vasconcelos  
Bento Antunes de Andrade Maia  
Célia Regina Murad  
Débora Bellucci Modulo  
Érica Marques Mendonça  
Egídio Zardo Junior  
Fernando Momesso Pelai  
Guilherme Riccioppo Magacho  
Juliana de Souza  
Paulo César Morceiro  
Paulo Sergio Pereira da Rocha  
Silas Lozano Paz

**ESTAGIÁRIOS**

Bruno Kunzler Roriz Pontes  
Mazda Zarif

**APOIO**

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores  
Mauricio Oliveira Medeiros

## Sumário Executivo

A perda de dinamismo do mercado internacional devido à crise europeia, associada a uma taxa de câmbio valorizada e mecanismos de defesa comerciais pouco eficientes, impuseram um ambiente bastante hostil à produção e ao investimento para as empresas brasileiras no ano de 2011.

As projeções para o investimento em 2012 reforçam essa perspectiva: o investimento total da indústria de transformação, que se relaciona diretamente à expectativa de demanda, deverá apresentar redução neste ano de 3,4%, comprometendo ainda mais a expansão futura do setor, que passou a representar apenas 14,6% do PIB, em 2011. Além desse aspecto, na *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2012* podem se destacar:

- ***O investimento industrial em máquinas, equipamentos e instalações deve apresentar retração de 11,0%***, sendo o que apresentará maior redução no período: enquanto em 2011 foram investidos R\$ 118,3 bilhões, em 2012 espera-se que sejam investidos R\$ 105,3 bilhões.
- Assim como em 2011, o investimento fixo total da economia deverá ser sustentado pelo investimento em Petróleo e Gás e pelos investimentos em infraestrutura e construção. Assim, ***a taxa de investimento da economia deverá se reduzir de 19,3% em 2011 para 19,2%, em 2012.***
- Apesar da queda do investimento total, ***as inversões industriais em inovação e P&D se ampliarão em 28,0% e 8,4%, respectivamente***, o que deixa claro o esforço da indústria para melhorar seus processos. As instituições de financiamento público, porém, serão essenciais na sustentação desse tipo de investimento, pois a demanda por recursos públicos para inovação e P&D mais do que triplicará entre 2011 e 2012.
- Diante da piora do ambiente de concorrência, que já era hostil à produção industrial, as estratégias defensivas das empresas devem se intensificar: ***as inversões focarão a redução de custos e a eficiência produtiva, buscando reduzir a perda de mercado, especialmente para os produtos importados.***

- A elevada carga tributária, ao passo que retira recursos que poderiam ser investidos e encarece o investimento, é seu principal limitante ao investimento. Apesar disso, ***ganhou bastante importância como limitante a perda de mercado para importados, sendo que o principal incentivo, depois da redução da carga e da SELIC, seria a melhoria dos mecanismos de defesa comercial.***

Além da análise geral dos investimentos, destacam-se também as estratégias e intenção de investimento nas diferentes estruturas empresariais. Nesse sentido, pode se observar diferenças entre os portes:

- As ***pequenas empresas, por serem as mais dependentes de recursos próprios, encontram dificuldades de financiar suas inversões*** e, não por acaso, serão as que mais reduzirão seus investimentos em máquinas e equipamentos em 2012 (espera-se uma queda de 19,3%). Assim, para estimular inversões das empresas desse porte, são essenciais linhas de financiamento específicas.
- As ***médias empresas***, que tinham sido as que fizeram o maior ajuste recessivo em 2011, serão as únicas que não reduzirão seus investimentos em 2012. Essas empresas devem manter a proporção de investimentos em máquinas e equipamentos em 60%, mas ***ao invés de investirem para ampliar sua produção, o farão para substituir o maquinário obsoleto, intensificando sua estratégia defensiva.***
- Finalmente, ***as grandes empresas devem ser as principais responsáveis pela queda do investimento em máquinas e equipamentos (redução de 12,3%), dado seu elevado peso na estrutura industrial.*** Sua estratégia deve se voltar principalmente para redução de custo e aumento da produtividade por meio de inovações e melhorias de processo, visando garantir o mercado da concorrência com os importados

## Sumário

Apresentação .....	6
1. Cenário econômico e reação das empresas .....	9
1.1. Evolução recente dos Investimentos .....	9
1.2. Intenção de Investimento em 2011 .....	11
1.3. Estrutura dos Investimentos .....	12
1.3.1. Destino dos Recursos .....	12
1.3.2. Origem dos Recursos.....	17
2. Estratégia de investimento das empresas.....	20
3. Análise por porte .....	27
3.1. Intenção de Investimento em 2010 .....	27
3.2. Estrutura dos Investimentos .....	28
3.2.1. Destino dos Recursos .....	28
3.2.2. Origem dos Recursos.....	29
3.3. Estratégia das empresas por porte.....	31
3.3.1. Pequenas Empresas .....	32
3.3.2. Médias Empresas .....	34
3.3.3. Grandes Empresas .....	36
4. Propostas .....	38
4.1. Propostas Associadas ao Aumento do Investimento.....	38
4.2. Propostas Associadas ao Investimento em Inovação e P&D .....	41

## Apresentação

A falta de dinamismo da economia internacional, associado a medidas restritivas impostas internamente (sob o argumento de que seria necessário conter a inflação) impuseram um ambiente bastante hostil à produção industrial e ao investimento em 2011. Essas condições foram determinantes da baixa taxa de crescimento da economia brasileira no ano e da estagnação da taxa de investimento em um patamar bastante reduzido.

No final de 2011, diante da estagnação econômica, o Governo lançou algumas medidas para fomentar ao crescimento, tais como a redução de alguns tributos, como o IPI da linha branca, e a redução da taxa de juros SELIC. Essas ações, porém, tem se mostrado pouco efetivas, pois são bastante tímidas no sentido de estimular o investimento produtivo, especialmente diante do ambiente externo desfavorável. A necessidade de voltar a crescer a taxas saudáveis trás de volta o grande problema que a economia brasileira enfrentou nos últimos anos: como estimular as inversões?

O investimento é uma variável chave no crescimento sustentado de uma economia, pois amplia a demanda no curto prazo e cria capacidade produtiva, permitindo que se atinja uma elevada taxa de expansão sem pressões inflacionárias futuras. No Brasil, entretanto, essa taxa é muito baixa: enquanto em 2010 apenas 19,5% do PIB se destinou ao investimento (a maior taxa dos últimos anos), nos países que concorremos (os demais BRICS) a taxa de investimento média foi de 30,6%<sup>1</sup>. Nesse sentido, a análise da intenção de investimento é fundamental para que, tanto empresas, quanto o governo planejem estratégias de expansão sustentáveis no longo prazo.

Buscando auxiliar no planejamento das empresas e das políticas de Estado, a FIESP realiza anualmente a *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento*, que avalia a intenção de investimento das empresas da indústria de transformação, tanto em máquinas e equipamentos, como em gestão, inovação e P&D, além da fonte dos recursos utilizados para inversão (próprios,

---

<sup>1</sup> Média da taxa de investimento (FBCF/PIB) da China, Índia, Rússia e África do Sul (Fonte: Banco Mundial).

públicos ou privado de terceiros) e dos objetivos e limitantes desse investimento.

A pesquisa de 2011, lançada no início do ano passado, verificou que o investimento iria ficar estagnado em relação a 2010, contrariando as expectativas dos analistas, que diziam que a economia estava superaquecida. A Pesquisa permitia notar que o empresariado já percebia que as medidas restritivas iriam impactar mais do que proporcionalmente o investimento em máquinas e equipamentos e que seria o investimento público quem sustentaria a taxa de investimento.

Essa expectativa foi confirmada pelos dados publicados em março de 2011, pelo IBGE: a taxa de investimento decresceu 0,2 p. p. (de 19,5% para 19,3%), demonstrando a importância da pesquisa que, contando com uma amostra de mais de 1.200 empresas, permite uma boa avaliação dos investimentos indústrias em máquinas, equipamentos e instalações e, complementada por estudos sobre os investimentos em construção e infraestrutura, possibilita um bom dimensionamento do total do investimento fixo total do país.

Este ano, a *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento* tem um caráter específico: diante das menores restrições fiscais e monetárias do Governo, a avaliação da intenção de investimento e das estratégias das empresas torna-se essencial para um planejamento adequado por parte das empresas e para a utilização efetiva dos instrumentos de política industrial do Estado. A avaliação dos seus limitantes, além disso, permite verificar quais são os principais entraves para a expansão da capacidade produtiva do país.

A *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2012*<sup>2</sup> será apresentada em três capítulos. Inicialmente será apresentado um quadro geral da conjuntura recente da economia brasileira, a intenção de investimento da indústria de transformação por destino (máquinas e equipamentos, gestão, inovação e P&D) e por origem dos recursos. No segundo capítulo serão apresentadas e avaliadas as estratégias empresariais de investimento em 2012 em comparação com as estratégias de 2011. Por fim, no terceiro capítulo, será analisada a intenção de investimento por porte de empresas (pequenas,

---

<sup>2</sup> A pesquisa de campo foi realizada pela empresa D'Fatto, que entrevistou 1.202 empresas no estado de São Paulo entre os dias 26 de janeiro e 18 de fevereiro de 2011.

médias e grandes), destacando a estratégia de investimento nas diferentes estruturas industriais.

Serão ainda apresentadas as principais conclusões, além de algumas propostas de incentivo às inversões em capital fixo e em inovação e pesquisa, com base na agenda de propostas dos trabalhos recentemente publicados pelo DECOMTEC/FIESP.



## **1. Cenário econômico e reação das empresas**

### **1.1. Evolução recente dos Investimentos**

Desde a crise financeira internacional de 2007/2008, os países centrais (destacadamente os EUA e a Europa) têm enfrentado dificuldades para sustentar taxas de crescimento econômicas positivas. Em 2011, diante da crise da dívida em algumas dessas economias, a estagnação nesses países se intensificou, modificando bastante o dinamismo da economia interacional. A redução da demanda interna nesses países implicou em uma menor demanda por produtos importados e, não obstante, elevou a necessidade desses países de exportar para os países em desenvolvimento, a fim de minimizar os efeitos da estagnação econômica.

Se não bastasse esse menor dinamismo internacional, no início do ano passado, sob o argumento de que deveria conter um processo inflacionário, o Governo brasileiro passou a adotar políticas monetária e fiscal restritivas, tais como as medidas de restrição ao crédito (macroprudenciais) e o aumento da taxa de juros SELIC. O resultado dessas medidas em um ambiente internacional hostil à produção industrial teve efeitos mais nocivos do que se esperava, levando a taxa de crescimento do país a um nível inferior ao previsto pelos analistas e pelo Governo e à redução da taxa de investimento, que caiu de 19,5% do PIB para 19,3%, em 2011.

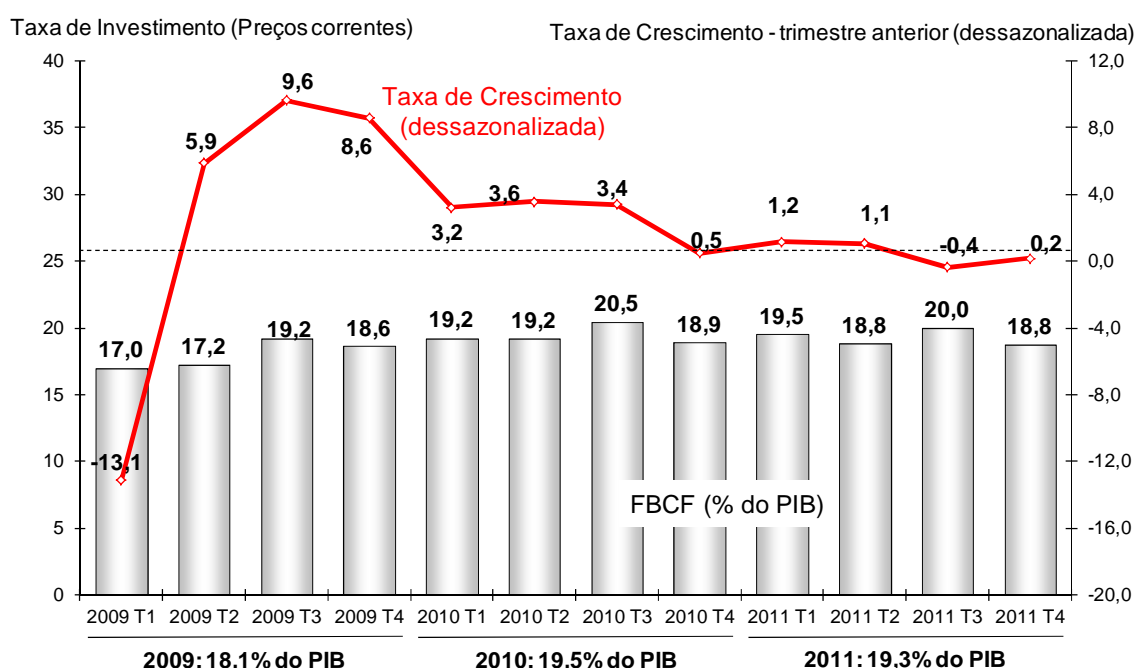
No final desse ano, já percebendo que a inflação estava sob controle e que a situação internacional havia piorado, o Governo reverteu a trajetória ascendente da taxa de juros SELIC e passou a buscar estímulos à produção industrial por meio da desoneração de produtos e, no âmbito do Plano Brasil Maior, dos investimentos em capital fixo e inovação.

A timidez com que essas medidas foram adotadas, porém, não permitiu que se revertisse a queda dos investimentos em 2011. No final de 2011 a taxa de juros SELIC ainda era superior à do início do ano e as medidas de “estímulo ao investimento” se limitaram a extensão de algumas desonerações que já estavam em vigor e a complementação da remoção de alguns entraves, não

caracterizando estímulo de fato, mas apenas a remoção de desestímulos às inversões.

Conforme pode se verificar no gráfico abaixo, que apresenta a evolução da taxa de investimento (FBCF) em relação ao PIB e o a taxa de crescimento do investimento (dessazonalizado), os investimentos na economia brasileira tinham se recuperado após a crise de 2008, mas já no final de 2010 e mais ainda em 2011, a situação se modifica e as inversões passam a andar de lado.

**Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo (Variação e % do PIB) – 2008-10**



Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

A desaceleração do investimento traz dois problemas para a economia brasileira. Se, por um lado, a demanda doméstica perde um componente importante (o investimento), comprometendo seu crescimento no curto prazo, pois essa passa a depender essencialmente do consumo para se expandir, por outro, o menor investimento significa abrir mão de um crescimento futuro sem pressões inflacionárias, ou seja, cria-se uma situação em que, diante da falta de investimentos atualmente, compromete-se a expansão de longo prazo da economia brasileira.

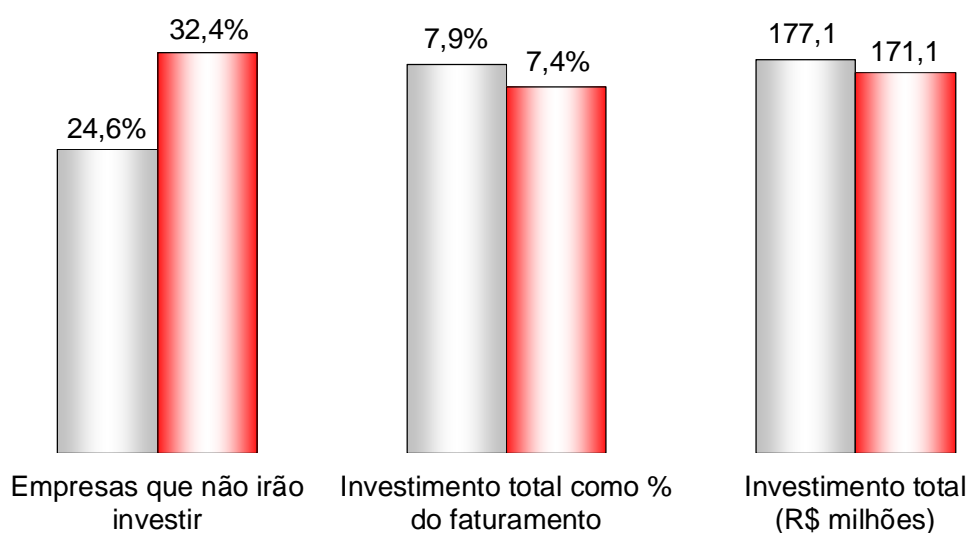
*Tanto por garantir a expansão da demanda, em função do elevado encadeamento setorial que o setor de bens de capital apresenta, quanto por garantir a oferta futura e, portanto, a expansão econômica sustentada de longo prazo, é fundamental que o investimento seja estimulado e volte a apresentar uma trajetória de crescimento. Somente com a expansão do investimento é que serão garantidas elevadas taxas de crescimento nos próximos anos. Para isso, porém, a política macroeconômica não pode se contrapor aos objetivos do país e as políticas de incentivo à produção industrial e ao investimento deve ser agressivas e efetivas, em contraposição ao que tem se apresentado.*

## 1.2. Intenção de Investimento em 2012

De acordo com a Pesquisa FIESP, enquanto o número de empresas industriais que declaram não ter realizado qualquer investimento em 2011 foi de 24,6%, as perspectivas em relação ao número de empresas que não devem investir é ainda maior em 2012, atingindo 32,4%, conforme gráfico:

Gráfico 2 – Intenção de Investimento de empresas industriais – 2011x 2012

□ 2011  
■ 2012



Fonte: Pesquisa FIESP-D Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Paralelamente, o investimento médio das empresas como parcela do faturamento<sup>3</sup> deve se reduzir também: se em 2011 as empresas investiam 7,9% do seu faturamento, em 2012, o investimento se reduzirá para 7,4%. Não por acaso, a partir de estimativas<sup>4</sup> do faturamento industrial, pode se inferir que o investimento total das empresas deve recuar 3,4%, passando de R\$ 177,1 bilhões em 2011 para R\$ 171,1 bilhões em 2012. Isso deve ocorrer principalmente devido ao menor investimento em máquinas e equipamentos, que deve se retrair substancialmente neste ano, conforme será analisado.

### 1.3. Estrutura dos Investimentos

#### 1.3.1. Destino dos Recursos

A queda de 3,4% do investimento total da indústria, que de acordo com o empresariado entrevistado, deve ocorrer em 2012, se concentrará principalmente nos investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, o que é o principal componente do investimento fixo e aquele capaz de garantir a modernização e ampliação do parque produtivo nacional.

A redução desproporcional nesse destino, que é o principal componente do investimento (representava, em 2011, dois terços do total das inversões) deverá implicar em uma mudança na composição do investimento, de forma que ganharão participação os investimentos em inovação e P&D.

***Os investimentos em máquinas, equipamentos e instalações deverão ser R\$ 13 bilhões menores em 2012 do que foram em 2011, o que significa uma redução de 11%, demonstrando que a indústria de transformação não pretende aumentar sua capacidade de produção neste ano diante do baixo crescimento de 2011. Isso deve intensificar a perda de participação da indústria de transformação no PIB, que caiu de 16,2% para 14,6% entre 2010 e 2011.***

<sup>3</sup> O cálculo do investimento como parcela do faturamento foi calculado com base na ponderação do investimento como parcela do faturamento por porte, respeitando a proporção de faturamento por porte da PIA 2009, do IBGE.

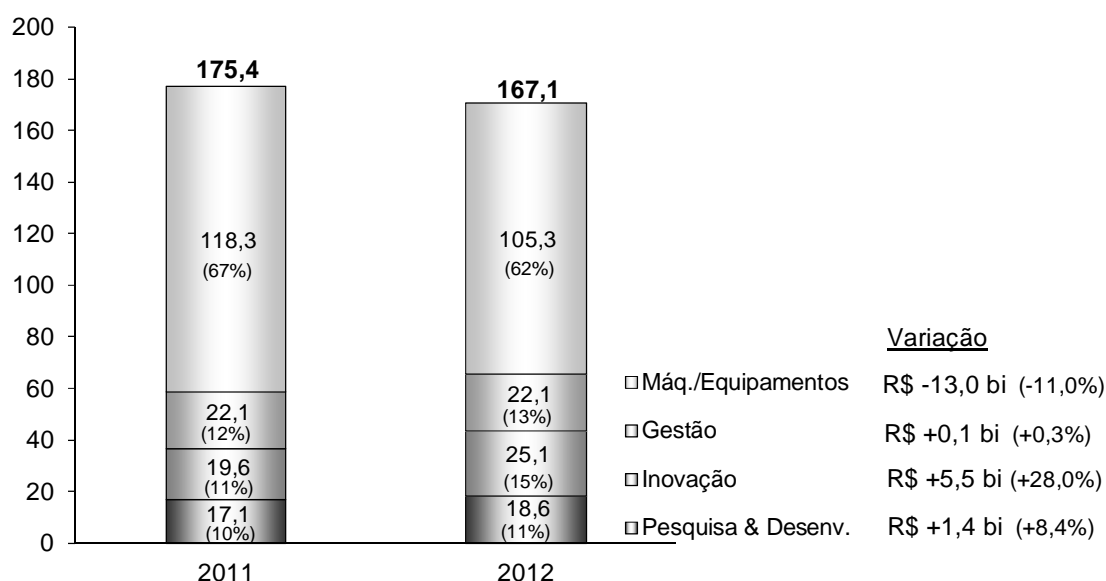
<sup>4</sup> O Faturamento de 2010 foi calculado com base na PIA 2009, do IBGE, atualizando-se pelo IPP da indústria de transformação, do IBGE, e pela PIM-PF, também do IBGE. Para 2011 assumiu-se um crescimento de 2,6%, conforme Relatório FOCUS de 24/02/2012.

No sentido inverso, os investimentos em inovação e P&D deverão aumentar em 2012. O primeiro deve ser R\$ 5,5 bilhões maior neste ano, o que significa uma elevação de 28%. Já os investimentos em P&D devem aumentar R\$ 1,4 bilhão, ampliando-se 8,4% em relação ao ano passado, demonstrando que a indústria tem se esforçado para obter melhorias nos produtos e processos a fim de concorrer com os produtos estrangeiros.

Finalmente, os investimentos em gestão deverão se manter praticamente estáveis no período. De acordo com os empresários entrevistados, os investimentos em gestão devem ser apenas R\$ 0,1 bilhão superiores, o que representará uma expansão de 0,3% em relação a 2011, conforme é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Distribuição dos Investimentos – 2011 x 2012

(R\$ bilhões e % do total)



Fonte: Pesquisa FIESP-D Fatto, PIA/IBGE, PIM/IBGE, IPP/IBGE e Relatório FOCUS/BCB; Elaboração: Decomtec/FIESP

Portanto, em 2012 deve ocorrer uma importante mudança do *mix* de investimentos, no qual ganharão espaço os investimentos ligados à inovação e P&D em detrimento do investimento em capital fixo (máquinas, equipamentos e instalações): se o investimento em capital fixo representava 67% em 2011, em 2012 sua participação deve ser reduzir para 62% do total investido pela indústria de transformação, percentual inclusive inferior ao realizado no ano 2009, quando, em função da crise, os investimentos em máquinas e

equipamentos representaram 67% do investimento total e a economia brasileira apresentou a mais baixa taxa de expansão da década.

Em agosto de 2011, visando alavancar a competitividade da indústria nos mercados internos e externos, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior, que continha um conjunto de medidas de incentivo à inovação, ao investimento, além de políticas de incentivo às exportações, de defesa da indústria e do mercado interno. Apesar do propósito, porém, as medidas se mostraram tímidas diante das necessidades do setor industrial, se restringindo quase exclusivamente à remoção de desincentivos e à prorrogação de algumas medidas que já estavam vigorando.

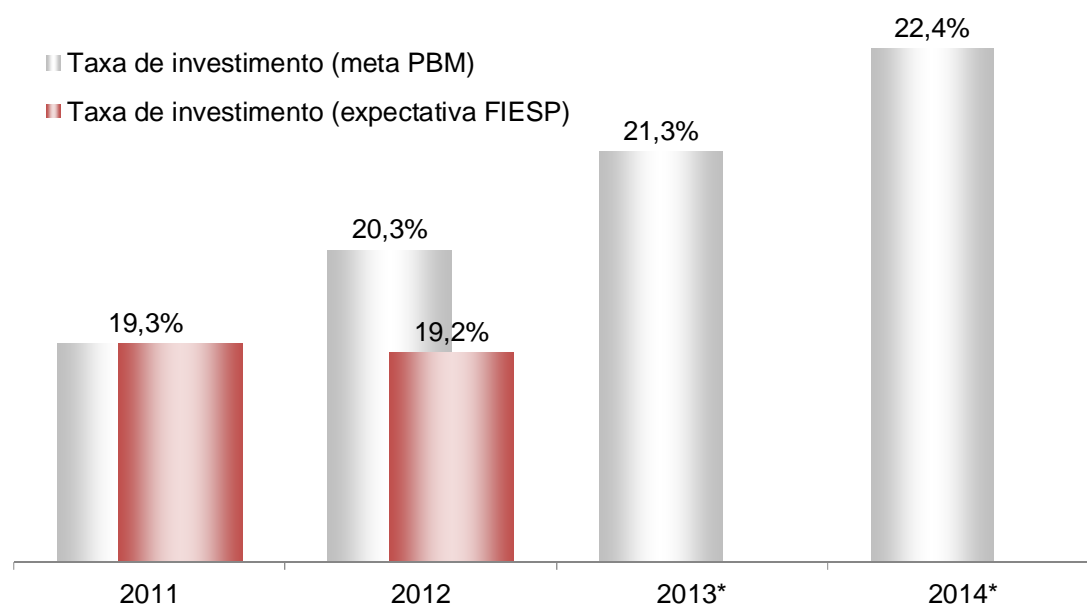
A meta para a taxa de investimento do Plano Brasil Maior é de 22,4% em 2014, o que significa que, diante de um crescimento médio do PIB de 4,5% ao ano, o investimento fixo deve se ampliar 9,8% ao ano entre 2012 e 2014. Ainda que seja uma meta pouco audaciosa, pois os países que concorremos têm taxas bastante mais elevadas, ela dificilmente será atingida diante da timidez das medidas anunciadas e, mais ainda, diante da dificuldade e atraso na implementação de muitas delas.

***Mesmo considerando que os investimentos da construção civil<sup>5</sup>, dos setores de extração mineral e de petróleo e gás e em infraestrutura<sup>6</sup> (devido aos investimentos do PAC) devem se ampliar neste ano, a queda de 11,0% no investimento fixo da indústria de transformação deve fazer com que a taxa de investimento recue dos 19,3%, de 2011, para 19,2% em 2012, tornando mais difícil que a meta do PBM seja cumprida, conforme gráfico abaixo.***

<sup>5</sup> Conforme previsão da FGV-SindusCon/SP, a construção civil deve ampliar suas inversões em 5,2% no ano de 2012.

<sup>6</sup> De acordo com os estudos do BNDES Visão do Desenvolvimento nº 91 e nº 92, o setor de petróleo e gás apresentará expansão dos investimentos de 13,3% ao ano no quadriênio 2011-2014, o setor de extração mineral deve ampliar suas inversões a taxa de 0,9% ao ano no mesmo período e, diante dos investimentos do PAC, serão investidos mais 9,0% ao ano em infraestrutura nesse mesmo quadriênio.

Gráfico 4 – Meta do Plano Brasil Maior e estimativa FIESP para FBCF



(\*) Para a estimativa FIESP dos anos 2013 e 2014 utilizou-se a mesma taxa de crescimento do PBM  
Fontes: Plano Brasil Maior, SCN/IBGE e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: DECOMTEC/FIESP

***A queda do investimento em capital fixo pela indústria de transformação (máquinas, equipamentos e instalações), que, conforme analisado, deve ser de 11,0% em 2012, deve-se em grande medida à invasão de produtos importados que, com um câmbio valorizado e estimulados por políticas dos demais países para expandir seus mercados, tem encontrado bastante facilidade ao competir com o produto nacional.***

Se por um lado poderia se supor que o câmbio valorizado estimularia a compra de máquinas e equipamentos importados, o que seria uma fonte não desprezível de ampliação e modernização da capacidade produtiva nacional, por outro – o que tem se mostrado mais relevante – isso desestimula a produção da indústria de bens de capital e, além disso, as indústrias não têm incentivos suficientes para investir, pois as perspectivas de aumento das vendas se mostram bastante limitadas, diante da penetração dos bens de consumo importados.

Com relação ao investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (outra meta do Plano Brasil Maior), os resultados não são diferentes, a despeito

da expectativa de aumento dos investimentos em 8,4% nesta área. A meta do Plano é de 0,90% para 2014, o que significa que os investimentos nessa área tem que se expandir 17,7% ao ano entre 2011 e 2014 e que a taxa de investimento empresarial em P&D deveria ser de 0,63% do PIB, em 2011, e 0,71%, em 2012.

*De acordo com a Pesquisa FIESP realizada em 2012, o investimento em P&D em 2011 das empresas industriais foi de R\$ 17,1 bilhões, o que, considerando que a proporção entre o investimento industrial e o investimento das empresas de serviços mantenha-se na proporção<sup>7</sup> de 2008, significa uma taxa de 0,59% do PIB. Em 2012, por sua vez, estima-se um aumento do investimento em P&D da indústria para R\$ 18,6 bilhões, o que, considerando que a proporção ainda se mantenha, significaria uma relação entre investimentos empresariais em P&D e o PIB de 0,62%, o que é insuficiente para uma meta de 0,90% em 2014.*

A distância entre os investimentos projetados para 2012, tanto em maquinário, quanto em P&D, e a meta do Plano Brasil Maior evidenciam o impacto restrito que os estímulos à produção tem tido. Apesar do Governo Federal ter anunciado um conjunto numeroso de desonerações, elas são na maioria das vezes pontuais e paliativas, não se focando na resolução dos problemas estruturais da indústria de transformação.

O ambiente sistêmico hostil à produção, tanto devido ao agravamento da crise nas economias centrais, que tem lhes feito buscar mercados alternativos, quanto devido aos problemas internos da economia brasileira, tais como os elevados juros, a tributação excessiva sobre a produção e incentivos à importação, tem desestimulado o investimento na modernização e ampliação da capacidade de oferta da indústria nacional, as inovações nas empresas e a realização de P&D por parte do empresariado.

É necessário que as políticas macroeconômicas não sejam contrapostas à política industrial e que esta, tal como poderia se esperar, não se restrinja à

<sup>7</sup> De acordo com a PINTEC-2008, do IBGE, a parcela do investimento privado do setor de serviços é de 29,8% do total.



remoção de parte insignificante dos desincentivos, passando a estimular a reconstrução do parque produtivo nacional. Desta forma, a redução dos juros do começo deste ano precisaria se estender de forma a zerar o diferencial de juros em relação aos nossos concorrentes para estimular o investimento fixo e, ademais, seria necessário também criar mecanismos efetivos de contenção da valorização cambiais. Vale notar ainda que outras medidas de controle do capital especulativo precisam ser implementadas de forma que o investimento no país seja essencialmente destinado à produção.

Somente pela via do investimento é que será possível sair do círculo vicioso que o Brasil se encontra, em que a redução dos juros é sempre limitada por ameaças de aceleração da inflação. O investimento na ampliação da oferta, por seu turno, depende de estímulos efetivos à produção manufatureira nacional e de um ambiente macroeconômico que possibilite uma indústria nacional mais competitiva.

### **1.3.2. Origem dos Recursos**

O capital próprio da empresa, independente do tipo de investimento realizado (máquinas e equipamentos, gestão, inovação ou P&D), é o principal *funding* dos investimentos. Em 2011, 68,8% do investimento foi realizado com recursos próprios, enquanto os recursos privados de terceiros representaram 16,6% e os recursos públicos, 14,6%. Em 2012, os recursos próprios, apesar de perderem participação no total do *funding* das empresas, devem se manter ainda como a principal fonte de financiamento ao investimento (64,3%).

Já a demanda por recursos públicos deve aumentar sua participação de 14,6% do investimento para 15,0%, a despeito de se manter praticamente constante em termos monetários. O principal aumento, porém, será na demanda por recursos privados de terceiros, que deve expandir sua participação de 16,6% para 20,7% e deve crescer, em termos monetários, de R\$ 29,4 bilhões para R\$ 35,4 bilhões em 2012, conforme tabela:

Tabela 1 – Origem dos Recursos Investidos (R\$ bilhões)

	Próprio		Privado		Público	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Máquinas e Equipamentos	72,4 61,2%	62,3 59,2%	22,0 18,6%	24,1 22,9%	23,9 20,2%	18,9 17,9%
Gestão	19,2 87,0%	16,8 75,9%	2,4 10,9%	4,0 18,2%	0,5 2,1%	1,3 5,9%
Inovação (produto e processo)	16,6 84,6%	17,4 69,3%	2,2 11,1%	4,5 18,1%	0,9 4,4%	3,2 12,6%
Pesquisa e Desenvolvimento	13,7 80,0%	13,6 73,0%	2,8 16,1%	2,7 14,4%	0,7 3,9%	2,3 12,6%
<b>Total</b>	121,9 68,8%	110,0 64,3%	29,4 16,6%	35,4 20,7%	25,9 14,6%	25,7 15,0%

Fonte: Pesquisa FIESP-D’Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

Apesar da redução em termos monetários da demanda por recursos públicos para o investimento, ao se analisar separadamente os destinos o que se verifica é uma expansão desproporcional na demanda por recursos públicos para gestão (de R\$ 0,5 bilhão para R\$ 1,3 bilhão), em inovação (de R\$ 0,9 bilhão para R\$ 3,2 bilhões) e em P&D (de R\$ 0,7 bilhão para R\$ 2,3 bilhões).

O impacto desse aumento da demanda por recursos públicos para gestão, inovação e principalmente P&D, que mais do que triplicará entre 2011 e 2012, será uma ampliação significativa da demanda por linhas de financiamento específicos do BNDES e da FINEP, que são os principais financiadores para essas atividades,

Essa expectativa de crescimento na demanda por financiamento é convergente com os números da própria FINEP, pois apresentaram uma taxa de crescimento da demanda por financiamento da ordem de 58% ao ano entre 2007 e 2010, saindo de um patamar de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 5,3 bilhões, apesar da relativa estabilidade nos anos 2009 e 2010, quando a demanda cresceu apenas 7%, partindo de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 5,3 bilhões.

No Plano Brasil Maior foram anunciadas medidas com a finalidade de ampliar essas linhas de financiamento, tais como a transferência de recursos do BNDES (PSI) para a FINEP, o relançamento do BNDES Revitaliza<sup>8</sup> (com a

<sup>8</sup> O BNDES Revitaliza tem por objetivo financiar a revitalização das empresas atuantes em setores afetados negativamente pela crise internacional. Esse programa prioriza a agregação de valor, a adoção de métodos de produção mais eficientes, além da ampliação da inserção da produção nacional no exterior. As empresas beneficiadas pelo programa devem pertencer aos segmentos de têxtil e confecções, de couro e calçados, de produtos de madeira, de pedras

inclusão do setor de autopeças), o crédito pré-aprovado para planos de inovação nas empresas, a ampliação dos programas setoriais, e o Programa BNDES Qualificação.

O BNDES Revitaliza, apesar do orçamento de R\$ 6,7 bilhões, desembolsou apenas R\$ 1,0 bilhão em 2011, demonstrando que o programa precisa de maior capilaridade, especialmente porque visa atender setores com predominância de empresas menores.

Por sua vez, os programas voltados para inovação apresentaram, nos últimos anos, uma taxa de crescimento bastante positiva. No BNDES, os desembolsos para inovação cresceram 73% ao ano, entre 2006 e 2011. Na FINEP, os desembolsos para financiamento reembolsável cresceram 24% ao ano, no mesmo período.

Não obstante a evolução nos desembolsos, cerca de 90% desses recursos foram destinados às empresas de grande porte, o que, por um lado é bom, pois permite a manutenção do círculo virtuoso do investimento, mas, por outro lado, é insatisfatório pois as empresas menores estão excluídas desse processo devido às dificuldades de acesso. Portanto, carece ao banco iniciativas de fomento à inovação em empresas de pequeno e médio porte, que devem ir além dos limites do Cartão BNDES e que tornem esses instrumentos mais acessíveis e menos burocratizados.

Neste sentido, é necessário que as instituições de apoio aos investimentos em gestão, inovação e P&D estejam atentas para a expansão da demanda por recursos públicos que deverá ocorrer em 2012, pois esses recursos são essenciais para a expansão dos investimentos industriais em áreas estratégicas para o aumento da produtividade.

## 2. Estratégia de investimento das empresas

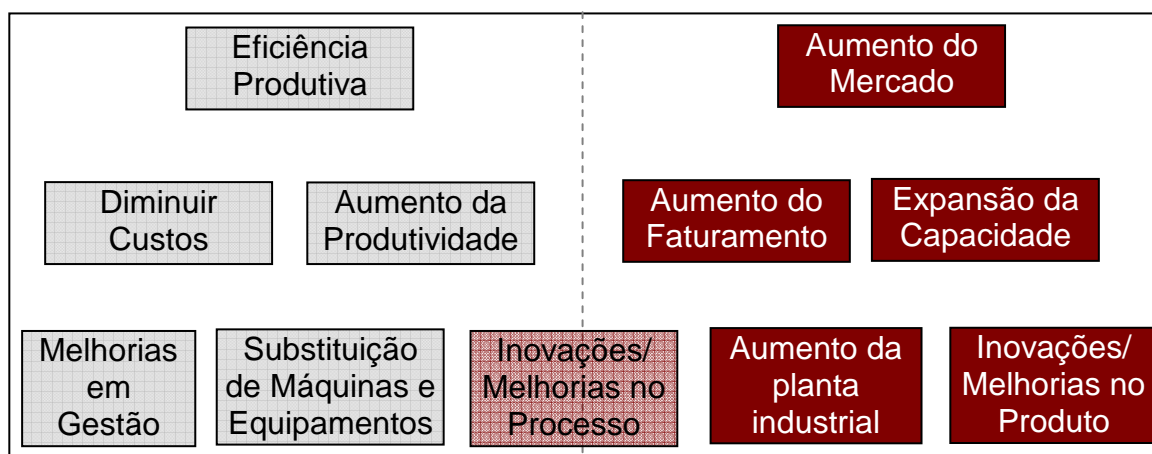
A análise das estratégias de investimento das empresas é relevante para definição das políticas a serem adotadas quando se pretende incentivar os investimentos e criar condições para que a economia apresente uma trajetória de expansão sustentável no longo prazo.

Com o objetivo de analisá-las e verificar quais são as principais restrições ao investimento, evidenciando quais as principais diferenças entre o investimento realizado em 2011 e a intenção para 2012, a Pesquisa FIESP questionou o empresariado sobre os objetivos, as necessidades e os limitantes do investimento, além dos fatores que contribuiriam para alavancá-lo.

Destacam-se, para a indústria nacional, duas estruturas básicas de estratégias distintas que marcam a intenção de investir das empresas industriais: uma voltada para eficiência produtiva, na qual a redução de custos e o aumento da produtividade são principais objetivos; e outra voltada para expansão do mercado, na qual os principais objetivos são o aumento do faturamento e da expansão da capacidade.

A estratégia voltada para a eficiência produtiva depende de melhorias em gestão e da substituição de máquinas e equipamentos obsoletos, enquanto que a estratégia voltada para o aumento do mercado depende especialmente de inovações e melhorias nos produtos e da aquisição de máquinas e equipamentos:

Gráfico 5 – Estrutura das estratégias



Na comparação entre as estratégias de investimento em 2011 e as de 2012, pode-se perceber que a preocupação com a eficiência produtiva das empresas se intensificou. Se no ano passado as empresas investiam predominantemente na melhoria dos processos produtivos, deixando a expansão de mercado para segundo plano, neste ano esse processo ficou ainda mais evidente.

***No ano passado, as restrições impostas pelo lado fiscal e monetário, além das implicações da valorização cambial modificaram a lógica do investimento, que passou a ser direcionado principalmente para a eficiência, em detrimento da expansão da produção. Este ano, mesmo com uma flexibilização dessas restrições, diante da falta de estímulos internos e externos a estratégia se apresentará ainda mais defensiva, com foco na eficiência produtiva, apesar de algumas exceções no âmbito setorial<sup>9</sup>.***

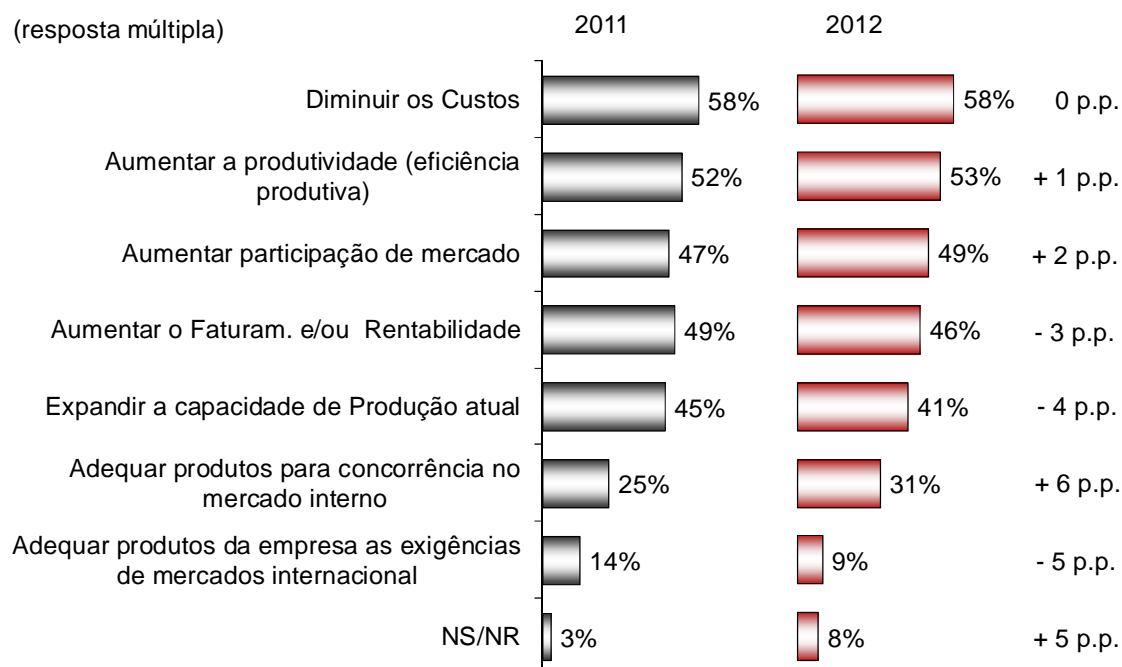
Assim como em 2011, o principal objetivo das empresas em 2012 será a redução de custo, conforme aponta 58% do empresariado. A principal diferença entre os dois anos, porém, é a redução de importância que o empresariado tem dado para o aumento do faturamento e rentabilidade e para a expansão da capacidade de produção (que caíram de 49% para 46% e de 45% para 41%, respectivamente), além do aumento da importância dos ganhos de produtividade que, conjuntamente com a redução de custo, tem foco nos ganhos de participação de mercado.

Outra questão de destaque neste ano foi a ampliação da importância dos investimentos com o objetivo de adequar os produtos para concorrência nos mercados internos, que era apontado por 25% do empresariado em 2011 e passou a ser apontado por 31% em 2012, conforme gráfico abaixo. Em decorrência da crise dos países desenvolvidos, o Brasil tem se tornado um mercado de grande relevância, o que tem levado muitos países a tentarem desovar seus estoques para este importante mercado. O impacto disso para o setor industrial é uma maior concorrência interna com produtos estrangeiros,

<sup>9</sup> A análise dos investimentos setoriais será apresentada no documento *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2012 – Análise Setorial*.

que é intensificada pela valorização da moeda nacional, e a menor importância para a adequação de produtos para a exportação, dado que tem se tornando cada vez mais limitada essa possibilidade. O foco da indústria nacional tem sido crescentemente o de pelo menos garantir uma parcela do mercado interno, sendo que as exportações, muitas vezes essenciais para que as empresas tenham escalas mínimas de produção eficiente, tem se tornando cada vez menos um objetivo do produtor brasileiro em função da valorização da taxa de câmbio.

Gráfico 6 – Objetivos do Investimento



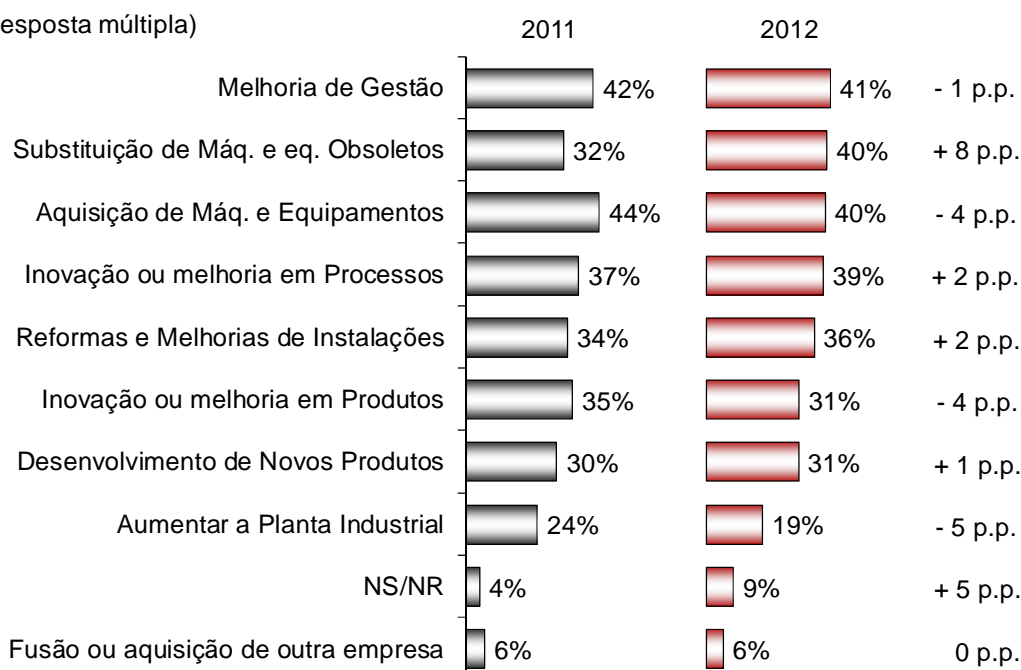
Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Quando questionados sobre a necessidade dos investimentos destaca-se a importância de melhoria de gestão (apontada por 41% do empresariado entrevistado), a substituição de máquinas e equipamentos obsoletos (apontado por 40%), a aquisição de máquinas e equipamentos (também apontado por 40%) e, ainda, as inovações e melhorias de processos (de acordo com 39% do empresariado). Verifica-se, diante disso, uma estratégia defensiva e centrada na eficiência produtiva, o que é característico de períodos recessivos em que o empresariado é obrigado a reduzir custos e modernizar seus processos produtivos a fim de perder a menor parcela possível de mercado.

Vale destacar ainda que a aquisição de máquinas, a inovação e melhoria de produtos e o aumento da planta industrial, que são estratégias mais ofensivas e voltadas para o aumento de mercado, estão entre as que mais perderam participação (caíram de 44% para 40%, no primeiro caso, de 35% para 31%, no segundo e de 24% para 19%, no terceiro), o que apresenta uma clara intensificação da estratégia defensiva em 2012, mesmo considerando que essa estratégia já era o foco do investimento em 2011, conforme gráfico:

Gráfico 7 – Necessidades do Investimento

(resposta múltipla)



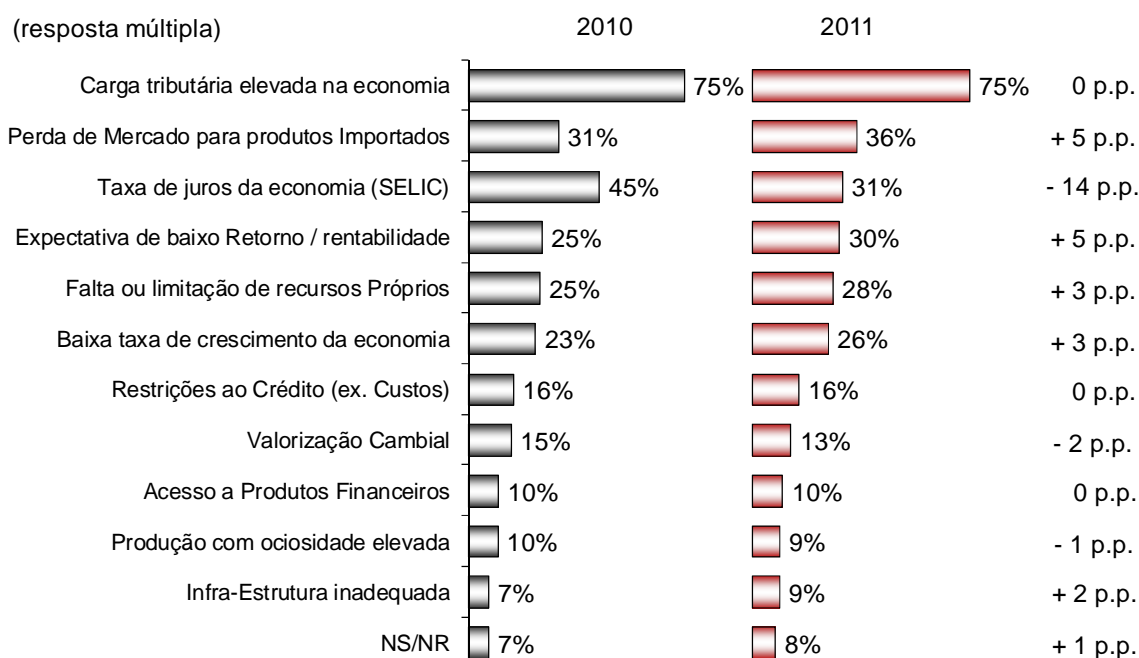
Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

***Haverá, portanto, em 2012, uma intensificação das estratégias defensivas que já caracterizavam o investimento em 2011. A piora das expectativas do empresariado, diante da crise internacional e da falta de um projeto nacional estratégico para o setor industrial tem feito com que o setor volte seus investimento para a racionalização produtiva por meio da menor utilização de insumos nacionais na produção, o que os tem levado a fazer ajustes de produtividade em detrimento do investimento expansivo verificado no período anterior à crise de 2008/9.***

Apesar das estratégias empresariais dos anos de 2011 e 2012 não terem apresentado dinâmicas distintas, mas uma intensificação, a intenção de investir encontra outros fatores como principais limitantes a sua expansão.

Como poderia se supor, a carga tributária foi apontada como o principal limitante às inversões no país. Entre 2011 e 2012 ela manteve seu patamar absoluto e foi apontada por 75% do empresariado como principal limitante. As principais alterações, porém, se deram em outros aspectos: a taxa de juros SELIC, que em 2011 tinha sido apontada por 41% do empresariado como um dos principais limitantes, continuou como um relevante fator, sendo apontada por 31% dos empresários, o que demonstra a importância da sua redução para estimular o investimento. A SELIC, porém, perdeu posição para um fator que antes era um problema restrito a alguns setores, mas que tem se espalhado por toda indústria: a perda de mercado para produtos importados, que em 2011 era apontada por 31% do empresariado e, em 2012, foi apontada por 36% (um acréscimo de 5 p. p.), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Limitantes ao investimento



Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Essa situação evidencia os impactos do aumento das importações sobre o investimento, situação que foi beneficiada pela valorização do câmbio e pelas



políticas ativas dos países desenvolvidos na busca de novos mercados, assim como pela corrida dos asiáticos para substituir o mercado dos países desenvolvidos por novos, no qual o brasileiro é protagonista. Não por acaso, a expectativa de baixo retorno dos investimentos no país também tem ganhado bastante importância como um limitante ao investimento. Se em 2011 a baixa rentabilidade era um limitante para 25% do empresariado, em 2012 esse fator passou a ser um limitante para 30%.

Como os tributos continuam a ser o principal limitante aos investimentos na indústria, quando questionados sobre o que mais incentivaria o empresariado a ampliar seus investimentos, 68% deles apontou para a diminuição da carga tributária.

*A elevada carga tributária retira recursos que poderiam ser reinvestidos pela indústria, pois exige que o empresariado abra mão de margem para competir com o importado e, portanto, não permite que ele acumule recursos para se autofinanciar. Os impostos também oneram o investimento e reduzem o consumo, restringindo o crescimento econômico. Apesar do Plano Brasil Maior ter buscado desonerar o investimento por meio da recuperação imediata de PIS/COFINS e pela extensão da lista dos produtos desonerados do IPI, a tributação, que representava 24,3% do custo das inversões no Brasil, ainda representa pelo menos 20% desse custo, o que dificulta a criação de oferta no país.*

Outro fator que contribuiria bastante para a ampliação das inversões, conforme aponta 35% do empresariado, é a redução da taxa de juros SELIC. A percepção dos empresários é a de que a redução da SELIC, ao incentivar a demanda interna, impulsiona os investimentos, além de valorizar a taxa de câmbio e desestimular a realização de investimentos não produtivos.

Assim, fica evidente que taxas de juros elevadas, como as que são praticadas no Brasil, devem ficar para o passado, pois, além de reduzir o

---

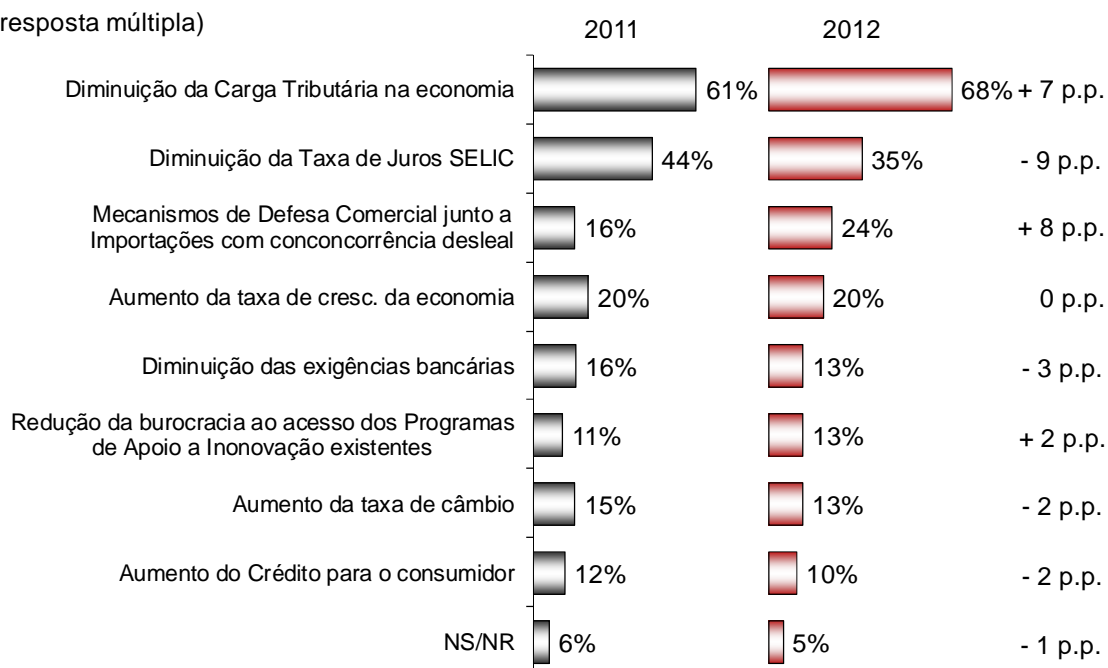
<sup>10</sup> De acordo com o estudo *Custos tributários do investimento*, do DECOMTEC/FIESP, o investimento sofria uma tributação de 24,3% antes do PBM. A medida de recuperação imediata do PIS/COFINS reduziu esse custo em 1% e o IPI, que representa 3,8% do custo, teve apenas alguns produtos adicionados na lista.

consumo, implicam em altas despesas financeiras e comprometem recursos que poderiam ser investidos pelas empresas.

Ademais, ressalta-se que o fator que mais ganhou importância dentre os que contribuiriam para os investimentos foi a melhora dos mecanismos de defesa comercial junto as importações ilegais, que passou de 16% para 24% (aumento de 8 p. p.), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Fatores que contribuiriam para os investimentos

(resposta múltipla)



Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D' Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Desta forma, se o país pretende voltar a crescer de forma sustentável, ou seja, pela via do investimento, é necessário reduzir os juros e a carga e buscar defender a indústria nacional, especialmente agora em que os países desenvolvidos estão encontrando dificuldade de se expandir via mercado interno e tem buscado crescentemente o mercado brasileiro como fonte de demanda.

### 3. Análise por porte

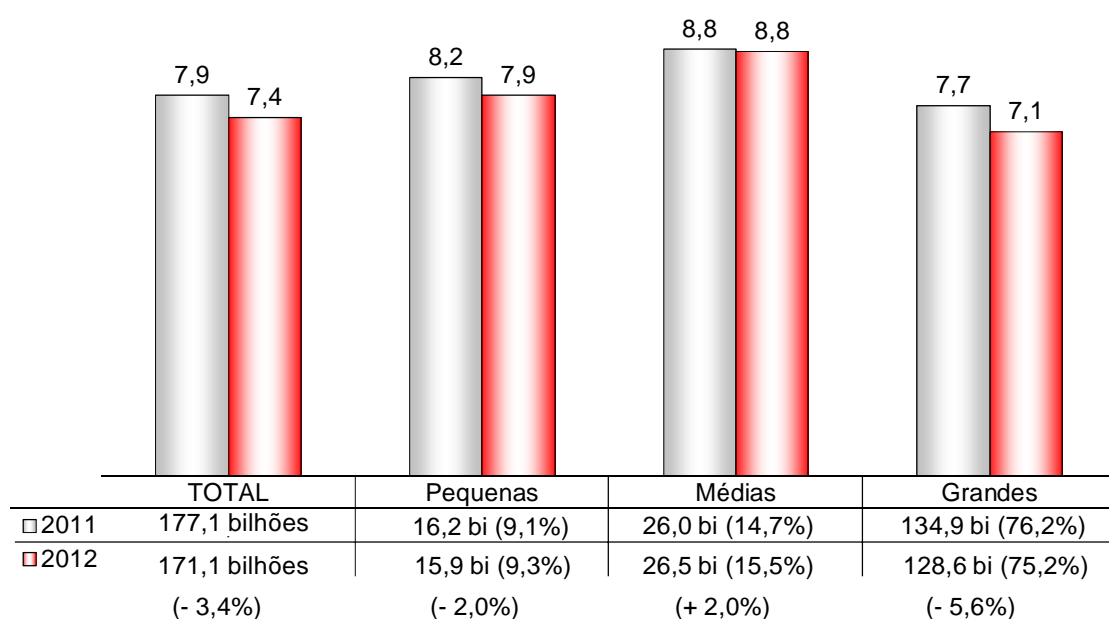
#### 3.1. Intenção de Investimento em 2012

Diante do acirramento da concorrência internacional e do ambiente hostil à produção, muitas empresas deverão reduzir seus investimentos em 2012. As empresas de grande porte serão as que mais deverão reduzir suas inversões (5,6%), seguidas das pequenas (2,0%). As empresas de médio porte, por sua vez, apesar de manterem constante sua intenção de investimento em termos do faturamento, deverão ampliá-lo em termos absolutos em 2,0% (de R\$ 26,0 bilhões para R\$ 26,5 bilhões).

O que se observa é que, especialmente para as empresas de maior porte, os efeitos da desaceleração poderão ser maiores. Apesar de serem essas empresas as responsáveis pela maior parcela do investimento, sua participação deverá se reduzir de 76,2% para 75,2%. Enquanto isso, as empresas de médio porte serão as que mais ampliarão sua participação no investimento (de 14,7% para 15,5%), conforme gráfico:

Gráfico 10 – Taxa média de investimento por porte

Investimento (% do faturamento e R\$ bilhões)



Fonte: Pesquisa FIESP-D Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

## 3.2. Estrutura dos Investimentos

### 3.2.1. Destino dos Recursos

Independente do porte, em 2011, o investimento em máquinas e equipamentos representou a principal parcela do investimento total e isso deverá se repetir neste ano. No entanto, com exceção das médias empresas, cujo investimento em máquinas e equipamentos deveria ter sua participação mantida constante em 60%, nos outros portes esses investimentos perderão participação no total: nas grandes empresas cairão de 68% para 62% e nas pequenas, de 70% para 58%, conforme tabela:

Tabela 2 – Destino dos Investimentos por porte (R\$ bilhões e % do total)

	TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Máquinas e Equipamentos	118,3 67%	105,3 62%	11,4 70%	9,2 58%	15,7 60%	16,0 60%	91,2 68%	80,0 62%
Gestão	22,1 12%	22,1 13%	1,6 10%	2,1 13%	3,4 13%	3,2 12%	17,1 13%	16,8 13%
Inovação	19,6 11%	25,1 15%	1,6 10%	2,7 17%	3,9 15%	4,2 16%	14,1 10%	18,1 14%
Pesquisa e Desenvolvimento	17,1 10%	18,6 11%	1,5 10%	1,9 12%	3,1 12%	3,1 12%	12,5 9%	13,6 11%

Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Quanto aos demais destinos dos investimentos, pode se destacar que:

- As pequenas empresas serão as que proporcionalmente mais investirão em inovação (17% do investimento), mas as que menos destinarão recursos para máquinas e equipamentos (58% do investimento). Isso demonstra a importância que tem sido dado para melhoria dos processos produtivos nos portes menores, que, diante da dificuldade de concorrer com os produtos importados no mercado interno, reduzirão seus investimentos em maquinário em 19,3%.
- As médias empresas manterão praticamente a mesma estrutura de investimento de 2011, apenas substituindo um pouco os investimentos em gestão por inovação. Essas empresas foram as que proporcionalmente menos investiram em máquinas e

equipamentos em 2011, o que já explicitava a postura defensiva no ano passado; este ano elas devem investir a mesma proporção (60% do investimento) na ampliação e modernização do seu maquinário.

- Finalmente, as grandes empresas serão as que mais investirão em máquinas e equipamentos este ano (62%), a despeito da redução de 6 p. p. em relação a 2011. Destaca-se, porém, que como representam a maior parcela do investimento, a queda de R\$ 91,2 bilhões para R\$ 80,0 bilhões (12,3%) em máquinas e equipamentos explica, em grande medida, a redução geral desse tipo de inversão.

### 3.2.2. Origem dos Recursos

Para o total de investimentos previstos observa-se, com exceção das grandes empresas, o aumento da demanda por recursos públicos entre 2011 e 2012. As pequenas deverão ampliar essa demanda de 11% para 13% do seu investimento total, as médias, de 11% para 19% e as grandes, ao contrário, irão reduzir sua demanda por esse tipo de recurso de 16% para 14%, substituindo-o pelos recursos privados de terceiros, conforme tabela:

Tabela 3 – Origem dos Recursos por porte

		TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
TOTAL	Própr.	69%	64%	78%	79%	77%	71%	66%	61%
	3ºs	17%	21%	12%	8%	12%	10%	18%	24%
	Públ.	15%	15%	11%	13%	11%	19%	16%	14%
Máquinas e Equipamentos	Própr.	61%	59%	73%	73%	70%	63%	58%	57%
	3ºs	19%	23%	14%	9%	15%	12%	20%	27%
	Públ.	20%	18%	13%	18%	15%	25%	22%	17%
Gestão	Própr.	87%	76%	87%	87%	91%	88%	86%	72%
	3ºs	11%	18%	6%	7%	7%	6%	12%	22%
	Públ.	2%	6%	7%	6%	2%	6%	2%	6%
Inovação	Própr.	85%	69%	89%	84%	82%	76%	85%	65%
	3ºs	11%	18%	6%	8%	8%	10%	12%	22%
	Públ.	4%	13%	5%	7%	10%	14%	3%	13%
Pesquisa e Desenvolvimento	Própr.	80%	73%	92%	85%	91%	86%	76%	69%
	3ºs	16%	14%	5%	9%	6%	3%	20%	18%
	Públ.	4%	13%	4%	6%	3%	12%	4%	14%

Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

O financiamento por meio de recursos próprios, por sua vez, continuará sendo o mais relevante para todos os portes, a despeito de cair de participação tanto para as médias, quanto para as grandes empresas. Já o financiamento com recursos de terceiros será pouco significativo nas médias e pequenas, diante de seu elevado custo e da dificuldade de contratação de empréstimos de longo prazo de fontes privadas por esses portes.

Para as grandes, porém, diante da redução dos juros internacionais e da possibilidade de aceso ao financiamento estrangeiro, o capital de terceiros deve ampliar sua participação no financiamento ao investimento, especialmente em máquinas e equipamentos, que deve passar de 20% para 27% do total.

*As pequenas empresas, por sua vez, além de serem as maiores dependentes de recursos próprios, deverão ampliar ainda mais essa dependência em função da dificuldade de encontrar fontes alternativas de financiamento privado e por serem as que menos se utilizam de recursos públicos para investir.*

*Se em 2011 o financiamento próprio era responsável por 78% dos investimentos dessas empresas, em 2012 deverão ser responsáveis por 79%. O financiamento privado de terceiros, por seu turno, deverá reduzir sua participação de 12% para 8% do investimento, demonstrando a necessidade de ampliação de linhas específicas de financiamento público para as empresas de menor porte.*

Em relação à fonte de financiamento dos investimentos nos diferentes destinos, pode se destacar que:

- Independente do porte, os recursos públicos são essencialmente relevantes para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos: nas pequenas empresas os recursos públicos deverão aumentar sua participação em 5 p. p. em relação a 2011, chegando a financiar 18% do seu investimento em maquinário; nas médias, esses recursos devem financiar 25% (aumento de 10 p. p. em relação a 2011); e nas grandes, por seu turno, devem financiar 17% desse

investimento, sendo que apenas para esse grupo de empresas o financiamento via recursos públicos perdeu participação.

- Os investimentos em gestão se utilizam quase exclusivamente de recursos privados, independente do porte, uma vez que as linhas de financiamento público são bastante restritas. As grandes empresas, por sua vez, ao passo que têm a opção de se financiar via mercado de capitais ou via empréstimos de bancos privados (nacionais e estrangeiros) a menores custos, são menos dependentes de sua própria poupança para fazer melhorias de gestão.
- Os recursos públicos ganharão importância especialmente no caso dos investimentos em inovação, independentemente do porte. De acordo com as perspectivas do empresariado, esse tipo de recurso passará a financiar 7% do investimento em inovação das pequenas empresas (financiava, em 2011, 5%), 14% das médias (financiava 10%) e passará a financiar 13% dos investimentos em inovação das grandes empresas (financiava, em 2011, apenas 3%).
- Finalmente, nos investimentos em P&D, a despeito do financiamento próprio não ganhar importância, essa fonte de recursos é a mais importante, chegando a financiar, no caso das pequenas empresas, 85% dos investimentos. As grandes encontram, por seu turno, uma relativa disponibilidade de financiamento público e privado de terceiros para as atividades de P&D, o que faz com que os recursos próprios financiem 69% desse tipo de atividade.

### 3.3. Estratégia das empresas por porte

Após se recuperar da crise financeira de 2008/9, a economia brasileira, que tinha crescido significativamente em 2010, entrou em um processo de desaceleração no início de 2011 que se intensificou no segundo semestre. Em 2012, apesar das políticas macroeconômicas terem se mostrado um pouco menos restritivas ao investimento, será necessário fazer muito mais para

recolocar o país em uma trajetória sustentável de expansão, diante da retração do mercado interno dos países desenvolvidos.

O impacto dessas transformações sobre as empresas foi, de uma forma geral, a intensificação de estratégias defensivas (que já caracterizavam o investimento no ano passado) no sentido de garantir maior eficiência dos processos produtivos, a fim de que seja possível competir com os produtos importados, minimizando a perda de mercado.

Há, entretanto, diferenças relevantes entre as estratégias de investimento nas empresas, que estão, além de outros fatores, relacionados aos diferentes portes. Enquanto, por exemplo, as pequenas empresas investem focando principalmente na substituição de máquinas e equipamentos obsoletos para obter ganhos de eficiência, as médias e as grandes investem principalmente focando as inovações e melhorias de processos.

Assim, torna-se relevante na avaliação das estratégias empresariais, especialmente se tratando de uma investigação com foco na formulação de políticas que melhor atendam cada empresa, diferenciar as estruturas empresariais. Uma primeira aproximação possível dessas diferenças, a qual será considerada nessa pesquisa, consiste na diferenciação dos portes.

### **3.3.1. Pequenas Empresas**

O investimento das pequenas empresas em 2012 destaca-se por ter como principal objetivo a redução de custos e o aumento da produtividade, conforme citaram 58% e 50% do empresariado, respectivamente. Assim como no ano passado, a redução de custo é o principal objetivo, porém, destaca-se a importância do ganho de produtividade em detrimento do aumento do faturamento como segundo principal objetivo, o que demonstra a intensificação da estratégia defensiva nas pequenas empresas.

Para atingir esses objetivos, essas empresas apontam como principal necessidade a substituição de máquinas e equipamentos obsoletos e a melhoria de gestão (ambos citados por 42% das empresas em 2012), contrapondo-se a principal necessidade apontada em 2011, que tinha foco mais voltado à expansão da capacidade de produção.



*Isso caracteriza a busca das pequenas empresas por recompor margem diante de uma perspectiva de baixa expansão da demanda neste ano e de intensificação da concorrência internacional. Como não se espera que em 2012 os mercados se expandam, a manutenção dos lucros dependerá essencialmente da melhora na eficiência produtiva, o que deve se dar principalmente por meio das melhorias de gestão e na substituição de maquinário com foco na redução de custos.*

Como, conforme foi visto anteriormente, as pequenas empresas são as que mais dependem dos recursos próprios para realização de investimentos, a elevada carga tributária é o principal limitante para os investimentos (já era em 2011 e se tornou ainda mais importante em 2012, sendo citada por 77% do empresariado), conforme tabela abaixo. A elevada carga tributária, além de ampliar o custo do investimento, retira recursos que poderiam ser reinvestidos, restringindo a capacidade dessas empresas se autofinanciarem.

Tabela 4 – Principais Estratégias das Pequenas Empresas 2011 x 2012

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2011							
Diminuir os Custos	59%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	44%	Carga tributária elevada	76%	Diminuição da Carga Tributária	63%
Aumentar o Faturamento/ Rentabilidade	50%	Melhoria de Gestão	40%	Taxa SELIC	48%	Diminuição da Taxa SELIC	47%
Aumentar a produtividade	49%	Inovação ou melhoria em Produtos	39%	Falta de recursos Próprios	28%	Aumento da taxa de crescimento	19%
2012							
Diminuir os Custos	58%	Substituição de Máq. e Equipamentos	42%	Carga tributária elevada	77%	Diminuição da Carga Tributária	68%
Aumentar a produtividade	50%	Melhoria de Gestão	42%	Perda de Mercado p/ Importados	36%	Diminuição da Taxa SELIC	38%
Aumentar participação de mercado	48%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	40%	Taxa SELIC	32%	Mecanismos de defesa comercial	22%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D' Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Além disso, como ocorre em todos os portes, a redução da carga tributária e da taxa SELIC seriam os fatores que mais contribuiriam para

ampliação dos investimentos. A perda de mercado para produtos importados, porém, passou a fazer parte do grupo dos principais limitantes ao investimento, sendo apontada por 36% das empresas pequenas, assim como a melhoria dos mecanismos de defesa comercial contra importações desleais passou a fazer parte do grupo dos principais fatores que incentivariam novas inversões, demonstrando a importância que a defesa da indústria tem ganhado no período recente.

### **3.3.2. Médias Empresas**

As empresas de médio porte, assim como as pequenas, também têm como principal objetivo ao investir a redução de custos, conforme aponta 61% do empresariado (3 p. p. a mais do que no ano anterior). Destaca-se também, para essas empresas como um dos principais objetivos, a busca pelo aumento da produtividade, conforme apontam 55% das empresas. Esse objetivo também estava entre os principais no ano passado e neste ano foi apontado por 55% do empresariado (1 p. p. a mais).

Para garantir que esses objetivos sejam passíveis de execução, as médias empresas focarão principalmente nas inovações e melhorias de processos e na melhoria de gestão, conforme apontam 45% e 42% do empresariado, respectivamente. Isso demonstra que as empresas de médio darão bastante importância às melhorias internas. Ademais, a substituição de maquinário obsoleto, apontada por 37% do empresariado, em detrimento da aquisição de maquinário para expansão produtiva (principal necessidade apontada em 2011), demonstra a preocupação dessas empresas com as restrições que devem advir do ambiente hostil à produção que a economia brasileira deve passar este ano, caso não sejam tomadas medidas efetivas de incentivo ao setor industrial.

É interessante notar que as empresas de médio porte apresentam como principal limitante, além da carga e da perda de mercado para produtos importados – que já é característico de todos os portes –, a expectativa de baixo retorno, conforme aponta 32% do empresariado. Para as empresas desse porte, a penetração de produtos importados no mercado interno tem

levado à redução das margens, diante da necessidade de reduzir seu preço. Desta forma, a expectativa negativa em relação à possibilidade de obter uma rentabilidade adequada tem levado empresas a abrirem mão de realizar inversões, caracterizando um grave problema de estímulo ao setor produtivo.

Tabela 5 – Principais Estratégias das Médias Empresas 2011 x 2012

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2011							
Diminuir os Custos	58%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	46%	Carga tributária elevada	76%	Diminuição da Carga Tributária	59%
Aumentar a produtividade	54%	Melhoria de Gestão	44%	Taxa SELIC	42%	Diminuição da Taxa SELIC	42%
Aumentar participação de mercado	49%	Inovação ou melhoria em Processos	40%	Perda de Mercado p/ Importados	32%	Aumento da taxa de crescimento	22%
2012							
Diminuir os Custos	61%	Inovação ou melhoria em Processos	45%	Carga tributária elevada	74%	Diminuição da Carga Tributária	59%
Aumentar a produtividade	55%	Melhoria de Gestão	42%	Perda de Mercado p/ Importados	36%	Diminuição da Taxa SELIC	35%
Aumentar participação de mercado	50%	Substituição de Máq. e Equipamentos	37%	Expectativa de baixo retorno	32%	Mecanismos de defesa comercial	24%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Apesar da diminuição da carga tributária e da taxa de juros SELIC serem fatores que contribuiriam bastante para ampliação dos investimentos para as médias empresas, conforme apontam 59% e 35% do empresariado, respectivamente, o fortalecimento dos mecanismos de defesa comercial também são bastante relevantes nesse porte. De acordo com a pesquisa, os mecanismos de defesa superaram o aumento da taxa de crescimento da economia, uma vez que esta tem encontrado dificuldade de ser absorvida pela produção interna, tornando-se cada vez mais dependentes das importações que muitas vezes chegam a preços reduzidos devido a concorrência desleal aplicada por outros países.

### 3.3.3. Grandes Empresas

As grandes empresas, que tinham como principais objetivos em 2011 o aumento de produtividade (apontado por 56%) e a diminuição de custo (apontada por 53% do empresariado), continuaram com esses objetivos como os principais, porém, agora com maior importância ainda para a produtividade, que foi apontada por 60% do empresariado (a redução do custo manteve o patamar de 53%).

Isso demonstra que essas empresas, assim como em 2011, não devem investir focando a expansão dos seus mercados, mas a melhor eficiência na produção. Seu foco, assim como das pequenas e médias, deve ser o da busca por minimizar a redução das margens, diante das baixas perspectivas de expansão da demanda e da intensificação da concorrência internacional.

Para atingir esses objetivos, por sua vez, as grandes empresas apontam como principais necessidades a inovação ou melhoria em processos (52%) e substituição de maquinário (40%). Ao contrário dos demais portes, porém, as grandes empresas buscarão também adquirir novas máquinas (conforme apontam 46% do empresariado), demonstrando que, apesar de tudo, elas ainda devem ampliar sua capacidade de produção neste ano.

Dentre os limitantes aos investimentos das grandes empresas, assim como no resto da indústria, a carga tributária destaca, sendo sua redução o fator que mais contribuiria para ampliação das inversões nessas empresas.

*No entanto, destaca-se nesse porte, mais do que para qualquer outro, a preocupação com a perda de mercado para produtos importados (apontada por 36% do empresariado em 2012). Diante do aumento da penetração de importados no mercado nacional, mesmo em setores dominados por grandes empresas, a perda de mercado para esses produtos se tornou uma evidente preocupação das empresas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de defesa comercial, assim como o aumento da taxa de câmbio se apresetam como essenciais para o investimento.*

Vale notar que as preocupações das grandes empresas devem ser compreendidas com bastante atenção, pois, como essas empresas geralmente tem acesso maior às informações e podem ter maior planejamento, suas estratégias costumam antecipar as preocupações dos demais portes. Assim, a preocupação com a penetração dos importados, a necessidade de mecanismos efetivos de proteção comercial contra importações desleais e a necessidade do aumento da taxa de câmbio devem ser enfatizadas como importantes estímulos aos investimentos industriais.

Tabela 6 – Principais Estratégias das Grandes Empresas 2011 x 2012

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2011							
Aumentar a produtividade	56%	Inovação ou melhoria em Processos	48%	Carga tributária elevada	67%	Diminuição da Carga Tributária	59%
Diminuir os Custos	53%	Melhoria de Gestão	45%	Taxa SELIC	47%	Diminuição da Taxa SELIC	41%
Aumentar o Faturamento/ Rentabilidade	51%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	42%	Perda de Mercado p/ Importados	38%	Aumento da taxa de crescimento	22%
2012							
Aumentar a produtividade	60%	Inovação ou melhoria em Processos	52%	Carga tributária elevada	70%	Diminuição da Carga Tributária	64%
Diminuir os Custos	53%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	46%	Expectativa de baixo retorno	38%	Mecanismos de defesa comercial	28%
Aumentar participação de mercado	48%	Substituição de Máq. e Equipamentos	40%	Perda de Mercado p/ Importados	36%	Aumento da taxa de câmbio	25%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D' Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

## 4. Propostas

O Plano Brasil Maior, lançada pelo Governo Federal em agosto de 2011, apresentou algumas medidas paliativas para conter o processo de perda de participação da indústria no PIB e para incentivar os investimentos fixos, em inovação e P&D. As tímidas medidas, porém, se restringiram a retirada de alguns custos tributários e de crédito das inversões, sendo pouco efetivas diante da excessiva valorização da moeda e da concorrência externa cada vez mais acirrada. Enquanto a maioria dos países adota medidas de incentivo agressivas, tais como a utilização de forma abrangente do mecanismo de compras governamentais, o crédito subsidiado às atividades produtivas de pesquisa e mecanismos de proteção seletiva para setores industriais com elevado efeito de encadeamento, no Brasil as políticas tomadas são voltadas apenas para correção dos problemas macroeconômicos, não sendo, nem mesmo nesse sentido, capazes de reverter o quadro.

Visando contribuir com o aprofundamento dos mecanismos de política industrial, apresentamos algumas propostas que julgamos que precisam ainda ser discutidas de forma a ampliar o escopo de ações e, sobretudo, garantir um nível de investimento adequado ao crescimento do país<sup>11</sup>.

### 4.1. Propostas Associadas ao Aumento do Investimento

#### 4.1.1. Desoneração completamente os Investimentos

- *Drawback Investimento*: desoneração tributária na aquisição de matérias-primas e componentes utilizados na produção nacional de máquinas e equipamentos.
- Desoneração permanente do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo permanente.
- Instituir medida permitindo devolução de até 30% (trinta por cento) do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica devido, em montante igual a, no

---

<sup>11</sup> São tratadas aqui, de forma resumida, apenas as propostas para o investimento fixo e em inovação e P&D. Para uma apresentação completa das propostas do DECOMTEC/FIESP, ver o documento *Avaliação dos Instrumentos do Plano Brasil Maior*.

máximo, 50% do valor investido pela empresa na aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional no mesmo exercício.

- Depreciação integral no próprio ano de aquisição, para máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos novos, edifícios e construções de finalidade industrial.

#### **4.1.2. Reduzir custo de crédito para investimentos**

- Reduzir Spreads dos Agentes e Taxas do BNDES, por meio de: redução do spread dos bancos; eliminação da tributação sobre o financiamento ao investimento; e liberação de compulsório não remunerado na proporção dos desembolsos de recursos direcionados exclusivamente a linhas de investimento remuneradas pela TJLP;
- Reduzir a TJLP, de modo que a taxa de juros de longo prazo no Brasil se aproxime das internacionais, sem comprometer a remuneração dos recursos do FAT;
- Dar continuidade ao Programa de Sustentação do Investimento - PSI, com taxa de juros igual à inflação, ao menos para as micro, pequenas e médias indústrias.
- Tornar permanente o Programa de Sustentação do Investimento - PSI, que no PBM foi prorrogado apenas até dez/2012.

#### **4.1.3. Facilitar o acesso ao crédito para investimento:**

- Reduzir burocracia nas operações de crédito com: criação de modelos simplificados de documentação conforme faixas de valores de empréstimo, desenvolvimento de sistema de cadastro compartilhado entre as instituições de fomento, criação de sistema de pré cadastramento e flexibilização dos procedimentos do Cadin, por faixa de valores.
- Ampliar e operacionalizar a utilização dos mecanismos de garantia e seguro de crédito. Garantir que tanto o Banco Central quanto os bancos classifiquem melhor as operações de crédito cobertas pelo FGC, FGI e por seguro de crédito, exigindo menor provisão e reduzindo spreads, além de facilitar o acesso ao crédito. Para o FGI acompanhar as garantias solicitadas pelos agentes, de maneira que não excedam a parcela não coberta pelo Fundo.
- Ampliar a utilização dos mecanismos de garantia e seguro de crédito, disseminar sua operação em mais bancos, e aumentar sua operação por



micro, pequenas e médias empresas. Garantir que tanto o Banco Central quanto os bancos classifiquem melhor as operações de crédito cobertas pelo FGO, FGI e por seguro de crédito, exigindo menor provisão e reduzindo spreads, além de facilitar o acesso ao crédito. Para o FGI acompanhar as garantias solicitadas pelos agentes, de maneira que não excedam a parcela não coberta pelo Fundo.

#### **4.1.4. Facilitar o acesso ao crédito para MPEs e economia solidária**

- Criação do Banco de Desenvolvimento para financiar as micro e pequenas empresas e economia solidária.

#### **4.1.5. Ampliar a oferta de crédito para o investimento:**

- Estruturar os bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa, para operações de financiamento ao investimento, definindo metas de desembolso de acordo com o Plano Brasil Maior, e capacitar corpo técnico e operacional nas agências para o atendimento das micro, pequenas e médias indústrias e economia solidária;
- Estruturar os bancos públicos para operações de financiamento ao investimento, definindo metas de desembolso de acordo com a Política de Desenvolvimento Produtivo e, capacitar corpo técnico e operacional nas agências para o atendimento das micro, pequenas e médias indústrias e economia solidária.
- Aumentar a Capilaridade do Sistema de Financiamento ao Investimento, com base em parcerias entre BNDES e governanças locais, e BNDES e instituições empresariais e de análise de crédito.
- Aprimorar o PROGER e incluí-lo na PDP. Deve ser criado programa específico para médias empresas, reduzidos spreads dos agentes, permitida operação por agências de fomento, bancos privados e cooperativas de crédito, aumentados prazos de carência e pagamento pelos repassadores e criadas e monitoradas metas trimestrais de desembolsos.
- Aprimorar o PROGER e incluí-lo no PBM. Deve ser criado programa específico para médias empresas, reduzidos spreads dos agentes, permitida operação por agências de fomento, bancos privados e cooperativas de crédito, aumentados prazos de carência e pagamento pelos repassadores e criadas e monitoradas metas trimestrais de desembolsos;



- Manter e se possível elevar o orçamento do BNDES, privilegiando o financiamento de setores produtores de bens e serviços tradables e da infraestrutura.

#### **4.1.6. Adequar e desenvolver produtos de financiamento**

- A medida de harmonização das políticas de financiamento dos bancos públicos com recursos da União foi divulgada com o PBM, mas, injustificavelmente, ainda não foi implementada. Deve-se assegurar que as operações de crédito com tais recursos somente apoiem a aquisição de bens nacionais, obedecidos a critérios de conteúdo local, de forma a estimular a cadeia de fornecimento no Brasil. Atualmente esse critério é regulamentado apenas para operações do BNDES, precisando ser estendido às operações dos demais bancos públicos;
- Reduzir a quantidade de linhas e programas de financiamento, ampliar escopo e garantir sua perenidade, e ampliar sua divulgação e capacitação;
- Desenvolver novos produtos, contemplando diferenciações na utilização das linhas de financiamento por porte da empresa, e linhas de financiamento para a gestão e desenvolvimento empresarial para micro, pequenas e médias empresas e economia solidária.

### **4.2. Propostas Associadas ao Investimento em Inovação e P&D**

#### **4.2.1. Ampliar o crédito e reduzir o custo para Investimentos em Inovação**

- Estender para todas as linhas da FINEP Inova Brasil o encargo de 4% ao ano, que é o menor dentre as três modalidades de financiamento<sup>12</sup>.
- Ampliar os recursos para equalização de juros.
- Agilizar o processo de reestruturação e modernização da FINEP, e também sua transformação em instituição financeira.
- Mapear os processos para obtenção de financiamento a fim de identificar os entraves burocráticos que restringem o acesso ao crédito;
- Adaptar as exigências de garantias à realidade das pequenas e médias empresas.

---

<sup>12</sup> Inovação Tecnológica, Capital Inovador, e Pré-Investimento.

- Permitir ativos intangíveis como garantias (por exemplo, patentes).
- Focar os instrumentos de inovação juntando em dois ou três programas mais abrangentes e duradouros, além de torná-los acessíveis e operacionais.
- Promover o aumento da capilaridade das agências de fomento.
- Disponibilizar balcões de atendimento para combater a desinformação.
- Realizar cursos de capacitação em parceria com instituições em: relacionamentos bancários, planos de negócios, gestão financeira e procedimentos para a utilização das linhas.

#### **4.2.2. Ampliar e Consolidar o Instrumento de Subvenção Econômica**

- Permitir o uso da subvenção para cobrir, além do custeio, o investimento em bens de capital.
- Reduzir pela metade os valores de contrapartida exigidos.
- Utilizar a subvenção para grandes empresas apenas quando representarem verdadeiras janelas de oportunidade para a indústria nacional.
- Maior transparência na avaliação dos projetos de subvenção econômica.
- Destinar, no mínimo, 40% do total dos recursos do FNDCT para a subvenção às empresas.
- Realizar estudo sobre as cadeias produtivas para identificar onde estão os gargalos tecnológicos para então definir os temas prioritários.
- Potencializar as práticas de compra governamental e encomenda tecnológica dentro do Programa de Subvenção.
- Diminuir de forma significativa o prazo entre a contratação e a liberação dos recursos.
- Estabelecer critérios de acompanhamento dos projetos apoiados para que a sociedade tenha conhecimento do retorno econômico dos mesmos.

#### **4.2.3. Aprimorar a Lei nº 11.196/05 e reestruturar incentivos fiscais às MPMEs**

- Permitir que os benefícios fiscais decorrentes dos investimentos em P&D sejam aplicáveis às empresas com contabilidade fundada no lucro presumido.

- Garantir a segurança jurídica. Em especial, deve ser explicitado na I.N. que ela não se aplica a fatos anteriores à sua data de publicação; além disso, deve ser considerada apenas uma CND por ano.
- Capacitar organismos de controle (TCU, Receita), a fim de garantir a correta aplicação e interpretação das leis favoráveis a Inovação.
- Ampliar os valores dos benefícios fiscais de acordo com o mérito de desempenho, continuidade e ampliação dos investimentos em inovação.
- Permitir a utilização do benefício em períodos diversos de sua apuração.

#### **4.2.4. Disponibilizar Recursos dos Fundos Setoriais**

- Evitar que os recursos do FNDCT substituam recursos que deveriam compor o orçamento dos ministérios, em especial, do MCT.

#### **4.2.5. Consolidar o Sistema Nacional de Inovação**

- Investir no Ensino Médio, em especial nas escolas técnicas.
- Recobrar a capacidade de formação em engenharias, no ensino tecnológico e em gestão tecnológica.
- Atuar conjuntamente com o Senai na promoção de serviços de apoio às empresas, ampliando a capilaridade das instituições públicas e da rede de serviços metrológicos.
- Aparelhar e modernizar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- Disseminar a cultura da propriedade intelectual e capacitar gestores.

#### **4.2.6. Validar os Instrumentos da Lei de Inovação**

- Agilizar a regulamentação da margem de preferência adicional para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
- Fazer valer o Art. 20 da Lei de Inovação que trata das encomendas tecnológicas.